



Plano restaura escolas atingidas por desastres

Em votação tranquila, senadores aprovam projeto criando plano para reparar danos causados por desastres naturais. Até o dia 5, deverá ser votada MP que destina R\$ 74 milhões para esse fim

O Senado aprovou ontem projeto que cria o plano especial de recuperação da rede física escolar pública para atender a escolas atingidas por desastres naturais. Os recursos, cerca de R\$ 74 milhões, estão garantidos pela Medida Provisória 531/11, que ainda precisa ser votada pelos senado-

res até o próximo dia 5 para não perder a validade. De acordo com o plano, os repasses serão feitos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para estados, municípios e Distrito Federal em casos de decretação de situação de emergência ou de calamidade pública. **3**

DNA de criminosos violentos formará banco de dados

Material genético de condenados por crimes violentos ficará à disposição da Justiça e da

polícia em um banco de informações, segundo projeto aprovado ontem pela CCJ. **3**

Vítimas de violência pedem apoio dos parlamentares **2**



Keiko Ota (2ª à esq.) e Romário na entrega de camiseta da campanha a Sarney

Ex-ministros sugerem que novo código seja alterado

Para ex-ministros do Meio Ambiente ouvidos ontem pelo Senado, há brechas para novos desmatamentos no Código Florestal em discussão. **5**



Minc, Sarney Filho, Gurgacz, Rollemberg, Braga, Marina e Carvalho: quatro ex-ministros pediram alterações a senadores

Comissão rejeita financiamento público exclusivo de campanhas **7**

Plenário aprova cinco novos diretores para o Dnit **6**

Ivan Lins e Sandra de Sá querem que o Ecad seja preservado

O cantor e compositor Ivan Lins disse ontem na CPI do Ecad que, apesar dos problemas éticos, é preciso preservar a instituição. Já a cantora

Sandra de Sá, também ouvida pelos senadores, cobrou maior mobilização por parte dos artistas para exigir mudanças na entidade. **8**



José Sergio Gabrielli (E) deu a notícia diante dos presidentes da CAE, Delcídio do Amaral, e da CI, Lúcia Vânia

Petrobras deve triplicar produção até 2020

O presidente da estatal, Sergio Gabrielli, afirmou, em debate no Senado, que a produção da Petrobras e de

suas concessionárias deve triplicar na próxima década, chegando a 6 milhões de barris diários em 2020. **4**



Sandra de Sá, na CPI do Ecad, ao lado de Randolfe, Taques e do cantor Ivan Lins (E)

Sociedade vê racismo em pouca atenção à anemia falciforme **6**

Indicações de 11 embaixadores passam no Plenário **3**

CCJ rejeita obrigatoriedade da impressão de ponto eletrônico **3**



Valéria de Velasco (E), deputado Mendonça Prado, deputada Keiko Ota, senador Wellington Dias e Cristina Del'Isola

Lançada frente em defesa das vítimas de violência

A deputada Keiko Ota, presidente da nova frente parlamentar, entregou ao presidente José Sarney documento com demandas para reduzir crimes hediondos e impunidade

A PRESIDENTE DA Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência, deputada Keiko Ota (PSB-SP), o deputado Romário (PSB-RJ), familiares de vítimas de violência e membros de movimentos da sociedade civil em defesa da paz entregaram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, carta com as demandas da frente, lançada no Auditório Freitas Nobre, na Câmara dos Deputados.

A frente tem como objetivo contribuir para a redução da prática de crimes hediondos no Brasil e defende, entre outras

propostas, a criação de um programa de acompanhamento psicológico e de apoio jurídico e financeiro para as vítimas de violência e seus familiares, além de revisão do Código Penal.

Outro objetivo da frente é retirar o Brasil do topo do ranking mundial de homicídios.

– Vamos defender as famílias golpeadas pela violência, além de criar e aprimorar leis que assistem essas famílias desamparadas e desestruturadas – disse a presidente da frente, Keiko Ota.

Os parlamentares também vão propor a criação de secre-

tarias de apoio às vítimas de violência (nacional e estaduais) e de frentes parlamentares semelhantes nas assembleias estaduais.

O vice-presidente da frente, senador Wellington Dias (PT-PI), sugeriu ainda a criação de cadastro nacional da impunidade e de rede nacional para obter informações sobre a violência no país.

– Muitos brasileiros e brasileiras sofrem a dor de perder um ente querido, mas, principalmente, a dor da impunidade – disse o parlamentar.

Eduardo Braga pede recursos para a segurança pública

Eduardo Braga (PMDB-AM) destacou audiência pública que ocorrerá hoje com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na Comissão Temporária Externa de Acompanhamento de Ações da Política Nacional de Segurança Pública.

O parlamentar propôs que seja discutida a possibilidade de se destinarem recursos impositivos no Orçamento da União

para a segurança pública.

– É preciso que o Senado entenda que essa questão se tornou prioridade. Não há uma comissão temática permanente de segurança pública – lamentou Braga.

Ele também sugeriu a criação de documento único de identidade e de cadastro único no sistema prisional. Também sugeriu que parte da arrecada-



Senador adverte que a questão se tornou prioridade para a sociedade

ção de loterias seja destinada à segurança.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiou o discurso do colega.



O panamenho Elías Castillo (E), presidente do Parlatino, com José Sarney, Fernando Cordero e o senador Flexa Ribeiro

Parlatino convida Sarney para encontro no Rio

O presidente do Parlamento Latino-Americano, o deputado panamenho Elías Castillo, convidou ontem o presidente José Sarney para participar do encontro do organismo, no Rio de Janeiro, hoje e amanhã. Ele veio acompanhado do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino, e de parlamentares do bloco.

– São trocas de experiências nessas áreas entre os países que compõem o Parlatino. É importante ter essa integração do parlamento para que possamos fazer proposições em conjunto, visando cada vez mais à integração da América Latina – disse Flexa Ribeiro.

Cerca de 50 parlamentares de 23 países da América Latina esta-

rão reunidos, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, para discutir, entre outros temas, o posicionamento da região em relação às mudanças climáticas e à gestão dos recursos hídricos, como o crime organizado tem afetado a soberania dos países, além de um anteprojeto de lei de marco regulatório para o comércio eletrônico.

Sarney promete levar pedidos de terceirizados à reunião da Mesa

Representantes dos funcionários terceirizados do Senado se reuniram ontem com o presidente da Casa, José Sarney, para protestar contra o anúncio da demissão de parte dos 2,5 mil desses trabalhadores.

Eles também pediram que se revogasse a licitação para a contratação de uma empresa de serviços de transporte, substituindo os atuais veículos por uma frota alugada. De acordo com os representantes dos terceirizados, a medida resultaria em elevado número de demissões.

– Ficou decidido que o presidente vai levar [as reivindica-

ções] à Mesa do Senado, para resolver essa situação – disse Waldemiro Livingston, da Associação dos Terceirizados do Senado.

O presidente se mostrou sensível às reclamações dos funcionários, segundo Marinor Brito (PSOL-PA), que participou da reunião.

– Ouvimos do presidente o compromisso de que essas pessoas não serão prejudicadas. A decisão será tomada pela Mesa da Casa. Acho que é meio caminho andado – explicou.

A reunião da Mesa do Senado está marcada para hoje, às 10 horas.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos realizados pelos senadores em Plenário após as 19h20 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário PEC dos Precatórios

14h Terceira sessão de discussão em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição (PEC 63/11) que disciplina os precatórios.

Presidência Reunião da Mesa

10h Reunião da Mesa Diretora. Às 16h, preside a ordem do dia.

CCT/CRA/CMA Código Florestal

8h30 As comissões de Ciência e Tecnologia, Agricultura e Reforma Agrária e Meio Ambiente promovem audiência conjunta com os ex-ministros da Agricultura Reinhold Stephanes, Pratini de Moraes, Francisco Turra, Alysson Paulinelli, Arlindo Porto e José Eduardo Vieira para debater o Código Florestal.

CDH Requerimentos

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza reunião extraordinária para votar 13 requerimentos.

CI Infraestrutura do Dnit

9h A Comissão de Infraestrutura examina a indicação de Roger da Silva Pêgas para o cargo de diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

CAS Descarte de pilhas e baterias

10h O descarte de baterias e pilhas usadas é tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais.

Segurança Ministro da Justiça

10h Comissão realiza audiência com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para discutir as ações governamentais na área de segurança pública, especialmente os projetos e programas que integram o PAC 2.

CRE Embaixadores no Gabão e Vietnã

10h A comissão analisa as indicações de Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, para ocupar o cargo de embaixador no Gabão, e de Vitoria Alice Cleaver, no Vietnã. Às 10h, a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas promove audiência pública com Miguel Ângelo Marini e Roberto Cavalcanti, professores do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília e Thomas Lovejoy, da Universidade George Mason.

Prodasen Software livre

10h A Secretaria de Informática promove palestra no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro para discutir software livre.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As demais reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Ciro Nogueira: DNA pode não provar culpa, mas coloca pessoa na cena do crime

Banco de dados genéticos para condenados por crimes violentos

Um banco de perfis genéticos de condenados por crimes violentos pode estar em breve à disposição da Justiça brasileira e contribuir para as investigações policiais. A obrigatoriedade de identificação de DNA dos criminosos, que vai alimentar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, consta de projeto de lei do Senado (PLS 93/11) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo **Ciro Nogueira** (PP-PI), autor da proposta, "o DNA não pode por si só provar a culpabilidade criminal de uma pessoa ou inocentá-la, mas pode estabelecer uma conexão irrefutável entre a pessoa e a cena do crime". Ele observa que a identificação genética pode ser feita a partir de todos os fluidos e tecidos biológicos humanos, sendo o DNA "ideal como fonte de identificação resistente à passagem do tempo e às agressões ambientais".

O senador comentou também que a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, em implantação no Brasil, se baseia

no sistema de informação Codis (Combined DNA Index System), desenvolvido pela polícia federal dos Estados Unidos (FBI) e já utilizado em outros 30 países. No Brasil, a rede é abastecida por perícias dos estados com dados retirados de vestígios genéticos deixados nos locais onde foram cometidos os crimes, como sangue, sêmen, unhas, fios de cabelo ou pele.

No seu voto favorável, o relator, **Demóstenes Torres** (DEM-GO), se disse convencido de que a proposta vai contribuir para reduzir os índices de violência no país. Ele decidiu fazer ajustes no texto original para tornar obrigatória a identificação genética apenas para condenados por crime praticado dolosamente, com violência de natureza grave.

As mudanças feitas por **Demóstenes** incentivaram **Marta Suplicy** (PT-SP) a votar favoravelmente. **Sérgio Petecão** (PMN-AC) e **Renan Calheiros** (PMDB-AL) falaram a favor da medida, que, segundo **Renan**, "vai garantir rapidez e segurança na solução de delitos violentos e sexuais".

Impressão obrigatória do registro de ponto é rejeitada

A impressão obrigatória do comprovante de registro do ponto do trabalhador, prevista na Portaria 1.510/09, do Ministério do Trabalho, foi rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Projeto de Decreto Legislativo (PDS 593/10) que susta os efeitos da portaria foi aprovado ontem em decisão terminativa.

Em parecer favorável ao projeto, **Armando Monteiro** (PTB-PE) argumentou que, para imprimir o comprovante, as empresas são obrigadas a adquirir novo equipamento de controle de ponto. Os gastos para a adoção do novo sistema foram

estimados em R\$ 6 bilhões pelo relator.

O senador considerou a exigência imprópria e desnecessária "no momento em que o país demanda medidas que fortaleçam a nossa competitividade diante da acirrada concorrência com os produtos estrangeiros".

Pedro Taques (PDT-MT) chegou a apresentar voto em separado pela rejeição do projeto, que foi derrubado pela comissão. Seu argumento foi o de que a Portaria 1.510/09 não exorbitou nem praticou qualquer ilegalidade ao regulamentar a questão.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), **Demóstenes Torres** (DEM-GO) e **José Pimentel** (PT-CE) não tiveram o mesmo entendimento. Segundo **Aloysio**, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de modo diferente da portaria, não impõe o sistema eletrônico como único recurso para registro de ponto do trabalhador.

Na avaliação de **Demóstenes**, a portaria "é quase uma licitação, obrigando todo mundo a ter certo tipo de controle de ponto". **José Pimentel** discorda da medida regulamentar por não estipular tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas.



Decisão da CCJ, presidida por Eunício, contraria Ministério do Trabalho

Senadores governistas e de oposição aprovam projeto que prevê transferências para recuperação de instituições de ensino em estado de emergência ou calamidade pública

Escola atingida por desastre natural receberá recursos

EM VOTAÇÃO TRANQUILA, o Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 20/11, que criou o plano especial de recuperação da rede física escolar pública para atender a escolas atingidas por desastres naturais. Os recursos, R\$ 74 milhões, estão definidos na MP 531/11, que deve ser votada pelo Senado até o dia 5 para não perder a validade.

Senadores governistas e de oposição concordaram quanto à urgência e à relevância do plano e elogiaram o mérito.

– As aulas vão voltar ao normal e toda a assistência será prestada aos alunos, de forma que o DEM aplaude essa medida provisória – declarou **Demóstenes Torres** (GO).

O projeto estabelece que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fará a transferência de recursos para atender a escolas de estados, municípios e Distrito Federal em caso de decretação

de situação de emergência ou estado de calamidade pública, com garantia de funcionamento dos sistemas de ensino. Os recursos servem para reequipar, reconstruir, reformar ou adequar as escolas e prover ações para atendimento aos alunos.

Inclusões na Câmara

A matéria foi relatada na Câmara por **Glauber Braga** (PSB-RJ). Os deputados acrescentaram que os reparos e a reconstrução das escolas deverão observar a acessibilidade e que os recursos vão recuperar as bibliotecas das escolas.

– Essas emendas são de extremo bom senso – elogiou a relatora no Senado, **Marta Suplicy** (PT-SP).

Para a transferência dos recursos, não há necessidade de convênio, acordo, contrato ou ajuste. Depende apenas da apresentação de declaração do beneficiário que informe as escolas a serem atendidas. Não

poderão ser incluídas escolas interdidas ou inseguras, a não ser que a obra se destine a remover o motivo da interdição ou a tornar a escola segura.

A fiscalização fica por conta do FNDE, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do sistema de controle interno do Executivo, além de outros órgãos federais, estaduais, distritais e municipais de controle. A comunidade também poderá fiscalizar, por meio de audiências públicas.

As despesas correrão por conta de dotações orçamentárias específicas consignadas ao FNDE, observadas as limitações de movimentação, empenho e pagamento. Os valores não poderão ser considerados para cumprir o percentual mínimo de investimentos em educação previsto na Constituição.

A MP 531/11 recebeu parecer favorável do relator na Câmara, **Wilson Filho** (PMDB-PB). No Senado, é relatada por **Flexa Ribeiro** (PSDB-PA).



Demóstenes Torres, José Sarney e Marta Suplicy à mesa da sessão que aprovou o projeto em votação de consenso

Senadores aprovam 11 novos embaixadores

Os senadores aprovaram ontem as indicações da Presidência da República para 11 embaixadores do Brasil no exterior.

Em embaixadas brasileiras na África, trabalharão **Marco Antonio Diniz Brandão** (ministro de primeira classe, no Egito, acumulando Somália e Eritreia), **Francisco Carlos Soares Luz** (ministro de segunda classe, na Tanzânia, acumulando as ilhas Comores e Seicheles) e **José Carlos de Araújo Leitão**

(ministro de segunda classe, em São Tomé e Príncipe).

Para a Ásia, os senadores aprovaram as indicações de **Carlos Sérgio Sobral Duarte** (ministro de primeira classe, na Índia, acumulando o Reino do Butão), **Ánuar Nahes** (ministro de segunda classe, no Iraque) e **Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares** (ministro de segunda classe, no Catar).

No continente americano, os novos embaixadores brasileiros são **Adalnio Senna**

Ganem (ministro de primeira classe, no Panamá), **Paulo Sérgio Trballi Bozzi** (ministro de segunda classe, em Trinidad e Tobago), **Maria Dulce Silva Barros** (ministra de segunda classe, na Costa Rica) e **Zenik Krawctschuk** (ministro de segunda classe, em Honduras).

O Senado também aprovou o nome do ministro de primeira classe **Norton de Andrade Mello Rapesta** para o posto de embaixador do Brasil na Finlândia.

Chega ao Senado MP que reestrutura os Correios

O presidente do Senado, **José Sarney**, comunicou ontem a entrada, na pauta de votações, do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/11, que aumenta a área de atuação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O PLV é oriundo de medida provisória e foi votado na terça-feira pela Câmara, sob protestos de funcionários dos Correios. O projeto permite que a empresa possa criar subsidiárias, adquirir participação acionária em sociedades empresariais e explorar serviços de logística integrada, financeiros e postais eletrônicos.

Após obstrução, abertura de créditos volta à pauta

O Congresso vota hoje cinco projetos que abrem créditos no Orçamento federal em favor de ministérios e outros órgãos. Os projetos destinam R\$ 755 milhões para o reajuste dos benefícios do programa Bolsa Família, R\$ 999 milhões para o plano Brasil sem Miséria e R\$ 88,3 milhões para novas escolas de educação infantil. Dois outros créditos, de R\$ 48,9 milhões e R\$ 38 milhões, serão aplicados em obras para órgãos do Judiciário e do Ministério Público. Reunião anterior foi obstruída pela oposição – que queria examinar vetos presidenciais – e os projetos tiveram sua votação adiada.

A informação é do presidente da estatal, Sergio Gabrielli, que ontem participou de audiência pública no Senado. Ele estima que repasse de recursos aos estados vai subir dos R\$ 20 bilhões atuais para R\$ 45 bilhões em 2020

Produção de petróleo deve triplicar na próxima década, segundo a Petrobras

O PRESIDENTE DA Petrobras, José Sergio Gabrielli, disse ontem, em audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI), que a produção da estatal e de suas concessionárias deve triplicar na próxima década. A estimativa é de que os 2 milhões de barris/dia produzidos atualmente passem dos 3 milhões em 2015 e cheguem a 6 milhões em 2020.

– Sei que o tema em questão é a divisão dos royalties do petróleo, mas não há como falar de royalties sem falar de produção.

O aumento da produção, enfatizou Gabrielli, vem acompanhado do aumento nos repasses de recursos aos estados. Pelos cálculos da empresa, os R\$ 20 bilhões repassados atualmente devem chegar a R\$ 45 bilhões em 2020.

Esses recursos continuarão sendo divididos segundo as regras atuais de distribuição nas unidades da Federação. Por elas, cinco estados recebem uma fatia maior dos recursos, por meio de royalties e participações especiais. São eles Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Norte e Amazonas. Em 2010, os cinco



Gabrielli (E), na audiência da CI e da CAE, presidida por Delcídio do Amaral: meta é produzir 6 milhões de barris por dia

receberam juntos R\$ 9,8 bilhões.

Entre esses estados, o Rio de Janeiro é o maior beneficiado. Sozinho, recebe 69,25% dos royalties estaduais, e seus municípios recebem 67,98% dos royalties municipais. O estado também é o maior receptor de participações especiais: 95% do total.

A divisão deve continuar, explicou Sergio Gabrielli, porque consta dos contratos firmados pela União, na forma de concessão. Esses contratos não entrariam na discussão sobre novas regras de distribuição de recursos.

As alterações previstas pelo governo – de explorar petróleo pelo regime de partilha e não mais de concessão – valem apenas para os novos contratos. É a distribuição dos royalties nesse caso que está em discussão no Congresso.

A informação foi comemorada por Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da CI. Para a senadora, a garantia de que os estados onde há exploração de petróleo passarão a receber ainda mais recursos por meio do aumento de lucro dos contratos já existentes fortalece o debate sobre uma divisão mais igualitária dos

royalties dos pré-sal, ainda a ser explorado.

Partilha x concessão

Francisco Dornelles (PP-RJ) questionou a decisão do governo de mudar o regime dos contratos de exploração de petróleo. Para ele, a partilha não seria lucrativa para os estados, apenas para a União. Seu estado, estimou, deverá deixar de ganhar cerca de R\$ 10 bilhões por ano com a mudança de regras.

O presidente da Petrobras defendeu que a mudança será positiva para o país.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Para Cristovam, ex-presidente fez uma "inflexão na história do país"

Cristovam diz que Getúlio mudou o país para sempre

Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou o suicídio do presidente Getúlio Vargas, há 57 anos, e disse que o acontecimento chocou o país inteiro e foi um marco em sua vida.

Em seus 15 anos de governo, disse o senador, Vargas fez uma inflexão na história do Brasil, embora tenha exercido o poder de forma autoritária e cometido "alguns gestos que nenhum de nós gostaria que tivesse acontecido".

– O que Getúlio fez foi dizer: este país, para sair da crise, precisa deixar de ser agrícola e rural e ser um país industrial e urbano. Foi mostrar que, quando uma crise acontece, a melhor maneira de sair dela é mudar, e não apenas consertar; é não fazer pacotes, mas fazer uma inversão, uma reversão, uma inflexão ou, como ficou sendo chamada, a Revolução de 30 – afirmou.

Comissão define os relatores setoriais do Orçamento de 2012

Delcídio do Amaral (PT-MS) será o relator da área de Infraestrutura no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012, enquanto Cyro Miranda (PSDB-GO) ficará com a área de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte. A área de Poderes do Estado e Representação será relatada por Inácio Arruda (PCdoB-CE). A relatoria da área de Agricultura e Desenvolvimento Agrário ficará a cargo de Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

As outras seis áreas temáticas serão relatadas pelos deputados Rui Costa (PT-BA), que ficou com a Saúde; José Priante (PMDB-

PA), com a Integração Nacional e Meio Ambiente; Edson Giroto (PR-MS), com o Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Raimundo Gomes de Matos

(PSDB-CE), com a Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; Dilceu Sperafico (PP-PR), com Justiça e Defesa; e Efraim Moraes Filho (DEM-PB), com a

área de Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Os nomes foram anunciados ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Anteriormente, a comissão já havia confirmado o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) como relator da Receita.



Senador Vital do Rêgo, presidente da CMO, anuncia relatorias para Orçamento

Royalties

A comissão aprovou a realização de audiência pública com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Henrique Barbosa Filho, que será convidado a prestar esclarecimentos sobre royalties do pré-sal.

Ataídes denuncia irregularidades no Sistema S



Ataídes Oliveira (PSDB-TO) apontou várias irregularidades detectadas em auditoria do Tribunal de

Contas da União (TCU) junto ao Sistema S, conjunto de 11 instituições, como o Sesi, Senai, Sesc e Senac. Conforme Ataídes, um dos principais problemas descobertos foi a arrecadação direta pelo Sesi e Senai das contribuições que lhes são devidas, quando caberia à Receita Federal do Brasil o recolhimento.

Lindbergh pede que Banco Central baixe taxa de juros



O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu ontem a queda da taxa de juros no país. Para ele, o Banco Central não

pode cometer o erro de 2008, quando relutou a baixar os juros apesar da intenção do governo de incentivar o consumo e, assim, amenizar os efeitos da crise mundial no Brasil.

– Não abrimos mão do que conquistamos no governo Lula: esse grande mercado de massa, 40 milhões que subiram para a classe média – afirmou.

Aníbal manifesta apoio à política econômica



Aníbal Diniz (PT-AC) manifestou apoio "firme e inequívoco" à equipe econômica do governo Dilma Rousseff, por levar adiante o projeto iniciado no governo Lula, "que tirou milhões de brasileiros da condição de pobreza absoluta". Aníbal Diniz ressaltou que essa parcela da população jamais havia tido acesso anterior a bens de consumo, o que só se tornou possível com a política econômica vigente nos últimos oito anos.

Inácio Arruda elogia cautela do Brasil em relação à Líbia



Inácio Arruda (PCdoB-CE) questionou a postura da Otan em relação à Líbia e fez um alerta à adesão ao "discurso fácil" contra Muamar Kadafi. Ressaltando que não estava defendendo o ditador, destacou a necessidade de evitar o "senso comum" e elogiou a cautela do governo brasileiro em reconhecer uma liderança revolucionária na Líbia. Para ele, a os rebeldes líbios são mostrados como "um movimento avançado e progressista", o que não seria verdade.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Mozarildo: Getúlio lançou as bases da modernização do Brasil

Para Mozarildo, suicídio retardou a "fúria golpista"

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também lembrou, em discurso, os 57 anos da morte de Getúlio Vargas, completados ontem, e afirmou que o ex-presidente, ao optar pelo "gesto extremo do suicídio" como forma de responder à oposição, calou os inimigos e retardou por dez anos a "fúria golpista em marcha".

Para o senador, Getúlio optou por fazer de sua morte "um meio simbólico de renascimento triunfal". Ele afirmou, ainda, existirem dois brasis: um antes e um depois de Getúlio Vargas.

O senador Mozarildo Cavalcanti disse que Getúlio Vargas mudou a face do país ao lançar as bases da modernização da economia e da sociedade. Citou, entre os feitos do ex-presidente, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Companhia Vale do Rio Doce, da Petrobras e da Eletrobras.

Para debatedores, projeto deve ser modificado no Senado para combater desmatamentos e estimular aqueles que derem proteção às matas nativas

Tratamento especial para agricultura familiar é consenso

A definição, no novo Código Florestal, de normas especiais para agricultura familiar foi apoiada pelos ex-ministros do Meio Ambiente Marina Silva, Carlos Minc, Sarney Filho e José Carlos Carvalho, ponto de vista também consensual entre os senadores que se manifestaram na audiência pública.

O texto aprovado na Câmara (PLC 30/11) foi criticado por prever vantagens para todas as propriedades com até quatro módulos fiscais. Para ser classificada como familiar, uma propriedade deve ter no máximo quatro módulos fiscais, mas nem toda propriedade desse tamanho é familiar. Além de área máxima, um estabelecimento familiar deve utilizar predominantemente mão de obra própria, ser administrado pela família e ter sua principal fonte de renda na exploração da área.

Marina Silva sugeriu que o código contenha um capítulo específico para os agricultores familiares como forma de evitar que reivindicações justas desse segmento sejam capturadas por outros tipos de empreendimento.

Exemplo dessa possibilidade é a regra prevista no texto aprovado na Câmara em que áreas de preservação permanente (APPs) poderão ser computadas para cálculo de reserva legal. Para Carlos Minc, se essa medida for permitida para todas as unidades com até quatro módulos fiscais, propriedades maiores poderão ser fragmentadas com o propósito de ter direito ao benefício.

No mesmo sentido, o relatório do projeto na Comissão de Meio Ambiente (CMA), Jorge Viana (PT-AC), defendeu regras específicas para propriedades familiares que desmataram áreas preservadas. Esse tratamento diferente conta com o apoio da presidente Dilma Rousseff, disse.

Os presidentes da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), e da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), se mostraram confiantes na aprovação de um "texto de equilíbrio".

Ex-ministros pedem regras no Código Florestal que incentivem preservação

O PROJETO DE reforma do Código Florestal que tramita no Senado precisa ser modificado para eliminar brechas para novos desmatamentos, incluir instrumentos econômicos de incentivo à manutenção e recomposição de áreas florestadas e diferenciar medidas para a agricultura familiar. A posição foi defendida por ex-ministros do Meio Ambiente reunidos ontem nas comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), Agricultura (CRA) e de Meio Ambiente (CMA).

Marina Silva, Carlos Minc, José Carlos Carvalho e o deputado Sarney Filho (PV-MA) ressaltaram que o projeto (PLC 30/11) aprovado na Câmara se caracteriza por resolver passivos ambientais, não cumprindo a função de modernizar a legislação de proteção de florestas. Eles fizeram apelo aos senadores para que ampliem os debates sobre o assunto e aprovelem texto que atenda aos interesses de todo o país.

Recomposição

Todos os ex-ministros pediram aos senadores que modifiquem o projeto para incluir mecanismos de premiação dos agricultores que preservam os recursos naturais e para oferecer apoio creditício e outros estímulos àqueles que se comprometem a recompor áreas desmatadas de forma irregular.

Eles lembraram que a retirada desordenada de vegetação nativa acarreta prejuízos para todos, como a destruição de inimigos naturais de pragas das lavouras, obrigando os agricultores a usar quantidades cada vez maiores de agrotóxicos em suas plantações, comprometendo a competitividade da agricultura brasileira.

A oportunidade de o código proteger as florestas e incentivar a agricultura foi assinalada pela ex-senadora Marina Silva. Para ela, o projeto aprovado na Câmara não cumpre esse papel



Sarney Filho (E), Carlos Minc, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Cyro Miranda ouvem a ex-ministra Marina Silva: para ela, código deve proteger florestas e incentivar a agricultura

Gerardo Magalhães/Senado Federal

e foi reprovado por 80% da população, conforme pesquisa DataFolha de junho.

Assim como Marina, os demais ex-ministros reafirmaram ser um erro aprovar lei que priorize a solução de ocupações hoje irregulares, sob o argumento equivocado de se conferir segurança jurídica à atividade agrícola.

– Não se pode ter uma lei florestal cujo eixo seja a regularização de passivo – afirmou Carlos Minc.

No mesmo sentido, José Carlos Carvalho afirmou que o texto apresenta comandos contraditórios, ou seja, ao mesmo tempo manda recompor e desobriga de recomposição. Dessa forma, ele alertou que o projeto não garante a segurança jurídica reivindicada pelos produtores rurais.

– É preciso definir obrigações e, ao mesmo tempo, criar os meios para que os agricultores possam cumprir essas obrigações. É um erro insistir só em comando e controle – disse José Carlos Carvalho.

Brasil pode aliar expansão agrícola com proteção, diz Minc

Carlos Minc afirmou que o Brasil tem a posição privilegiada de poder expandir sua agricultura e, ao mesmo tempo, expandir a proteção ambiental. Ele lembrou que o Brasil sediará, no próximo ano, a conferência das Nações Unidas Rio + 20.

– Como anfitrião, o Brasil ficaria numa situação defensiva se aprovasse uma lei reduzindo a proteção das florestas, no momento em que todos os países estão ampliando suas regras de proteção.

Sarney Filho disse considerar o texto um retrocesso na legislação de proteção das florestas. Para o deputado, o projeto enviado ao Senado foi elaborado visando legalizar cultivos e criações feitos de forma irregular em áreas protegidas. Com isso, afirma ele, protege aqueles que descumpriram a legislação e lesa os que protegeram as florestas e seguiram a lei.

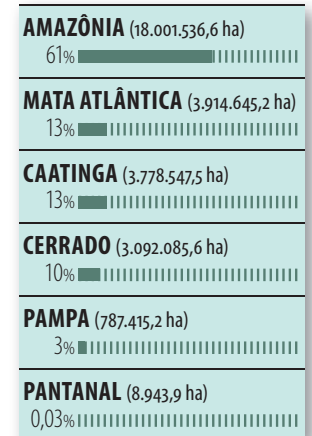
No debate, Ana Amélia (PP-RS) ponderou que o texto foi aprovado por ampla margem de voto na Câmara, atribuindo legitimidade às medidas ali contidas. Em resposta, Sarney Filho afirmou que os debates realizados naquela Casa foram dire-

cionados pela bancada ruralista e que muitos dos que votaram a favor da matéria "não sabiam no que estavam votando".

Ao fechar o debate, Marina Silva alertou que, caso seja aprovado como veio da Câmara e se torne lei, o novo código levará a uma situação desastrosa, uma vez que, no texto, "proteger a floresta é uma exceção, sendo a regra o desmatamento". No entanto, ela disse acreditar na construção de um texto que combine preservação e desenvolvimento.

Reserva legal

Área que poderá ficar isenta de recuperação (por bioma, em imóveis de até 4 módulos fiscais)



Fonte: Ipea

Juristas devem debater projeto em nova audiência

Juristas e ministros de tribunais serão convidados a discutir o projeto de reforma de Código Florestal em audiência conjunta da CMA, CRA e CCT. Requerimento propondo o debate foi aprovado ontem, em reunião das três comissões.

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg, informou que a

audiência deve ser realizada em 13 de setembro. Os senadores buscam sugestões para que o novo código não motive questionamentos judiciais.

Nos debates já realizados, senadores e especialistas apontaram contradições no texto aprovado pela Câmara dos Deputados e criticaram o fato de o

projeto remeter seguidamente a normas regulamentadoras.

Outra audiência pública está agendada para dia 2, durante a 34ª Expointer, feira agropecuária em Esteio (RS). Jorge Viana e Luiz Henrique (PMDB-SC), relatores do novo código em comissões do Senado, devem participar.



Pedro Franco/Senado Federal

Suplicy registra lançamento do programa Cidades Sustentáveis

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou o lançamento ocorrido, na última sexta-feira, do programa Cidades Sustentáveis, uma iniciativa do Instituto Ethos, da Rede Nossa São Paulo e da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. O senador assinalou que cresce a consci-

ência de que a Humanidade precisa adotar um modelo de desenvolvimento sustentável.

– Não há melhor lugar para exercitar essa agenda do que os centros urbanos, onde hoje vivem 85% da população brasileira e metade dos habitantes do planeta. É nas cidades que

ocorre o consumo da quase totalidade dos produtos e serviços que utilizam materiais e recursos provenientes do meio ambiente – lembrou Suplicy.

Ele louvou a iniciativa do Cidades Sustentáveis para que governos e sociedade civil se juntem de modo a integrar as

dimensões social, ambiental, econômica e política. Na condição de pré-candidato à prefeitura de São Paulo, ele disse ter subscrito a carta-compromisso que o Cidades Sustentáveis oferece como plataforma a todos que concorrerão às prefeituras nas eleições de 2012.

Em debate realizado pela CAS e pela CDH ontem, representantes da sociedade dizem que doença, descoberta há um século, não é tratada com o devido cuidado pelas autoridades porque maioria dos portadores é negra

Pouca atenção a anemia falciforme é reflexo de "racismo institucional"

AINDA DESCONHECIDA PARA a maioria da população, a doença falciforme é hereditária e atinge principalmente a população de origem negra. O Ministério da Saúde estima que, a cada ano, nasçam cerca de 3 mil crianças com a doença no Brasil. Ao discutir o assunto ontem, em audiência pública, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu a criação de um cadastro nacional que permita ações governamentais e acompanhamento mé-

dico mais adequados. Além disso, outros participantes afirmaram que a demora do governo em priorizar a questão nas últimas décadas foi reflexo do "racismo institucional".

Solicitada pelos senadores Lídice da Mata, Paulo Paim (PT-RS) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a audiência conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reuniu re-

presentantes do Ministério da Saúde e da sociedade.

A doença falciforme afeta as hemoglobinas, proteínas presentes nos glóbulos vermelhos do sangue. Ao serem afetadas, essas células perdem sua forma arredondada, assumindo um formato que lembra uma foice. A dor e a anemia estão entre os diversos sintomas da doença, que pode levar à morte. Embora incurável, a doença pode ter os seus sintomas tratados.

De acordo com o Ministério da Saúde, a letalidade para crianças com a doença, até os cinco anos de idade, é de 80% quando não há tratamento algum e de 1,8% quando há o tratamento.

Teste do pezinho

Coordenadora da Política de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme do Ministério da Saúde, a médica Joice Aragão de Jesus destacou que a enfermidade atinge uma parte da população que já é mais vulnerável, "mais pobre, que não tem acesso a uma série de serviços e com menor grau de escolaridade", como demonstram dados do IBGE e da Secretaria de Vigilância em Saúde. O estado com maior incidência é a Bahia, seguido de Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais.

Também foi apontada durante a audiência a importância da triagem neonatal – mais conhecida como teste do pezinho – para o diagnóstico precoce da enfermidade.



A artista Zezé Motta (E) e a senadora Lídice da Mata (3ª à esq.): doença afeta principalmente a população negra

Marinor pede intervenção na saúde no Pará

Marinor Brito (PSOL-PA) defendeu ontem intervenção na saúde em seu estado. Ela citou a morte de dois bebês na terça-feira, depois que a mãe, grávida de sete meses, deixou de ser atendida em dois hospitais em Belém, com justificativas de superlotação.

– Isso não foi uma fatalidade. Foi o resultado de uma ação criminosa de omissão de socorro – disse a senadora.

Marinor queixou-se de não ter sido recebida pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, quando pretendia denunciar a falta de investimento na saúde no Pará.



Marinor acusa "omissão criminosa"

Vanessa celebra instalação de fábrica em Maraã

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou a inauguração de uma fábrica de processamento e beneficiamento do pirarucu, na cidade de Maraã, a 635 quilômetros de Manaus. A fábrica vai gerar 150 empregos diretos em sua primeira unidade, além de dar ocupação a mais de 5 mil pescadores.

– Isso é de um significado extremo – afirmou.

A senadora informou que a fábrica irá produzir bacalhau a partir do pirarucu, explicando que o bacalhau não é uma espécie de peixe, mas um processo de salga do pescado.



Benefício para Maraã, diz senadora

Marta cita apoio de estados a ação social de Dilma

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) elogiou ontem o apoio dado por governadores ao plano Brasil sem Miséria, do governo federal. O plano pretende tirar 16,2 milhões de brasileiros da pobreza extrema, com transferência de renda e qualificação profissional, entre outras iniciativas. A versão do programa para a região Sudeste foi lançada na semana passada, pela presidente Dilma Rousseff, e ganhou apoio dos quatro governadores da região.

– Os esforços de combate à miséria não são exclusivos da União – disse a senadora.



Marta fala sobre Brasil sem Miséria

Casildo faz alerta ao novo ministro da Agricultura

O Brasil precisa estar preparado para atender à demanda mundial por alimentos, pois as áreas de produção no planeta são cada vez mais escassas. O alerta foi dado por Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Na avaliação do senador, esse será um dos desafios do novo ministro da Agricultura, o deputado Mendes Ribeiro, empossado ontem.

Maldaner disse que a economia do país não deve ficar dependente das commodities agrícolas e é preciso aliar inovação, tecnologia, agregação de valor, beneficiamento de produtos e industrialização.



Casildo: demanda por alimentos



Campolina de Oliveira (E) e Mário Dirani, com a presidente da CI, senadora Lúcia Vânia

Nova diretoria do Dnit é aprovada

O Plenário aprovou ontem as indicações de cinco diretores para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), órgão acusado de pagamento de propina a empreiteiras e de superfaturamento de obras. As denúncias culminaram nas demissões do então diretor do Dnit, Luiz Antônio Pagot, e do ex-ministro Alfredo Nascimento.

Um dos aprovados foi o general Jorge Fraxe, novo diretor-geral. Tarcísio Gomes de Freitas ocupará a diretoria executiva. Paulo de Tarso Campolina de Oliveira será o novo diretor de Administração e Finanças. Adão Magnus Marcondes Proença ficará responsável pela Diretoria de Infraestrutura Aquaviária. Mário Dirani ocupará o cargo de diretor de Infraestrutura Ferroviária.

O senador Jayme Campos (DEM-MT) reforçou as advertências feitas pela manhã na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), onde os indicados foram sabatinados. Ele pediu que o órgão deixe de ser um "feudo político" para ser apenas um órgão de governo, pois "os últimos acontecimentos" deixaram muitas dúvidas a esse respeito.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) observou que a nova diretoria deve ter o compromisso de atuar com transparência e Walter Pinheiro (PT-BA) pediu comprometimento dos indicados com o cargo que vão ocupar.

Valdir Raupp (PMDB-RO) sinalizou que a renovação das diretorias do Dnit é oportunidade de lançar um desafio para que o órgão invista mais nas rodovias, ferrovias e hidrovias brasileiras, tanto na área da construção, como na de restauração, de dragagem e de duplicação, "para que o país possa mostrar sua força na área do transporte".

A presidente da CI, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), justificou a urgência nas sabatinas, lembrando que o Dnit necessita se reestruturar para continuar inúmeras obras, muitas delas com tempo curto devido ao período de chuvas que se inicia no próximo mês.

Já foram lidos os relatórios sobre as indicações para as duas demais diretorias do Dnit: Roger da Silva Pêgas (Infraestrutura Rodoviária) e José Florentino Caixeta (Planejamento e Pesquisa).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Marinor Brito • Vanessa Grazziotin • José Sarney • Sérgio Souza • Waldemir Moka

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Mário Couto critica parlamentares por não assinarem CPI



Mário Couto (PSDB-PA) voltou a criticar o fato de os senadores se recusarem a assinar o requerimento de criação da

CPI da Corrupção. Para ele, a postura é decorrente da liberação de recursos do governo para emendas parlamentares.

– Para os deputados calarem a boca! Calem-se, deputados! Calem-se, senadores! Não assinem a CPI! A Dilma vai liberar uma fortuna para vossas excelências! É Brasil grandioso e querido! Ô pátria querida, olha como caminhas! Olha o que os teus filhos fazem contigo, pátria: te abandonam, pátria! Dizem para ti: te lixa, Brasil! Ninguém assina a CPI da Corrupção. Ô pátria amada.

Humberto Costa cobra medidas contra senador



Após ter ouvido acusações de Mário Couto de conivência com a corrupção governamental e tentativa de barrar a iniciativa da oposição de criar uma

CPI sobre o assunto, Humberto Costa (PT-PE) pediu ao presidente da Casa, José Sarney, e ao corregedor, Vital do Rêgo (PMDB-PB), providências para impedir manifestações ofensivas aos parlamentares.

Na avaliação de Humberto, Mário Couto tem frequentemente se excedido contra o governo e senadores do PT.

Para o líder do PT, Mário Couto tem ultrapassado o limite do “discurso folclórico”, quebrando o decoro parlamentar.

Pedro Simon vê futuro de ética, moral e dignidade para o Brasil

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou ontem os 57 anos da morte de Getúlio Vargas e os 50 anos da Campanha da Legalidade para prever um futuro de ética, de moral e de dignidade para o povo e a nação brasileiros.

Simon afirmou que o Brasil



vive o mais longo período de democracia desde sua independência. Segundo ele, a sociedade civil está se movimentando e apoiando a presidente Dilma Rousseff, considerando correta sua

forma de agir em relação à coisa pública.

Faxina de Dilma não elimina “herança maldita” de Lula, afirma Cyro

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse ontem que a presidente Dilma Rousseff deve continuar com a faxina na administração federal, incluindo a demissão de pessoas envolvidas com corrupção. Para

o senador, a presidente precisa eliminar a “herança maldita”



que recebeu do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O parlamentar defendeu um trabalho meticuloso para acabar com “o conluio que tem expropriado recursos públicos” e não apenas a troca de ministros e dirigentes de órgãos públicos.

Paim: movimento contra a corrupção ajuda democracia



Paulo Paim (PT-RS) disse em Plenário não ter dúvidas sobre o rumo que irá tomar o movimento suprapartidário

criado no Senado para combater a corrupção: o fortalecimento das instituições.

O senador, que preside a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), lembrou que, na terça-feira, quando entidades da sociedade discutiram formas de combater a corrupção e de fortalecer a estrutura do Estado brasileiro, parlamentares do governo e da oposição “não buscaram demarcar posição”, mas discutiram soluções para combater a corrupção na máquina pública.

Walter Pinheiro: apoio às medidas contra corrupção



Walter Pinheiro (PT-BA) declarou apoio às medidas adotadas pela presidente Dilma Rousseff para eliminar focos

de corrupção no governo.

O senador afirmou que as investigações da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União (CGU), que levaram ao desbaratamento de quadrilhas de servidores públicos, não tiveram qualquer caráter político.

– Na realidade é a Polícia Federal agindo enquanto estrutura de Estado e não enquanto instrumento de governante. Se pegarmos o trabalho que foi feito pela CGU com a PF, vamos encontrar mais de 2 mil agentes públicos que foram presos – disse.

Assunto dividiu os senadores. Para os defensores, medida serviria para moralizar o processo político, mas rejeição das listas fechadas inviabilizaria sua aplicação

CCJ rejeita financiamento público exclusivo de eleições

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou ontem a proposta de adoção do financiamento público exclusivo nas campanhas eleitorais (PLS 268/11). A CCJ derrubou o relatório de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), contrário ao projeto, e depois também rejeitou o voto em separado de José Pimentel (PT-CE), favorável à proposta, com pequenas mudanças. O projeto, assim, será arquivado, caso não haja recurso ao Plenário.

Na discussão do projeto, Pedro Simon (PMDB-RS) clamou pelo compromisso com a população, que, em sua opinião, vê no financiamento público um claro sinal de moralização da política. Aloysio Nunes, porém, rejeitou a tese de que o financiamento público inibiria a corrupção nas eleições.

– Essa história de que o finan-

ciamento público é a complementação da chamada faxina é conversa mole pra boi dormir – disse.

Listas fechadas

José Pimentel considerou que o financiamento público exclusivo só seria compatível com o sistema eleitoral em lista fechada, já rejeitado pela CCJ, e por isso propôs que pessoas físicas também pudessem contribuir para partidos e candidatos. Ele, no entanto, acatou emenda de Pedro Simon retirando essa possibilidade. Pimentel disse que seu voto em separado pretendia tirar a proposta do impasse.

Demóstenes Torres (DEM-GO), Pedro Taques (PDT-MT), Aécio Neves (PSDB-MG), Alvaro Dias (PSDB-PR), Francisco Dornelles (PP-RJ) e Sérgio Petecão (PMN-AC) consideraram não haver possibilidade de aprovação de

financiamento público de campanha fora do sistema de lista fechada.

Dornelles disse que não deve haver objeção ao financiamento de campanhas por pessoas físicas e jurídicas. Ele também argumentou que o financiamento público obriga o cidadão a contribuir para a campanha de partidos com os quais não tem afinidade.

Luiz Henrique (PMDB-SC), Marta Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) insistiram no financiamento público como meio de moralização das campanhas. De acordo com Luiz Henrique, os casos de corrupção “que enlameiam a classe política e implicam perda de credibilidade frente à população” podem ser atribuídos ao financiamento privado das campanhas.



CCJ lotada: Aloysio Nunes (D), relator contrário à proposta, disse que financiamento público não garante moralização

Dez propostas da reforma política já foram analisadas

Dos 11 projetos da reforma política, falta ser votado, pela CCJ, apenas o fim das coligações em eleições proporcionais.

A comissão já aprovou definição de apenas um suplente para senador; impedimento de transferência de domicílio eleitoral para prefeitos; regras de fidelidade partidária; cláusula de desempenho; mudança nas datas de posse do Executivo; e realização de referendos para alterações no sistema eleitoral.

Foram rejeitados candidaturas sem filiação; fim da reeleição; votação em lista fechada; e financiamento público exclusivo de campanhas.

Comissão aprova regra para partidos e propaganda gratuita

Depois de muita polêmica, a CCJ aprovou ontem projeto de lei (PLS 267/11) da Comissão Especial de Reforma Política do Senado inserindo cláusula de desempenho para o funcionamento parlamentar e de acesso gratuito a rádio e TV. Se não houver recurso para votação em Plenário, a matéria segue para a Câmara dos Deputados. Os novos critérios poderão ser incluídos na Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/05).

Pelo projeto, terá direito a funcionamento parlamentar na Câmara o partido que eleger pelo menos três deputados, de diferentes estados. A Mesa da Câmara decidirá sobre partidos com representação inferior. A legenda que atingir o critério

terá acesso gratuito a rádio e TV para um programa anual de dez minutos, em rede nacional.

Já os partidos com pelo menos cinco deputados de diferentes estados, 1% de votos válidos no país e um representante na eleição anterior têm direito a veicular um programa nacional de dez minutos por semestre, além de 20 minutos por semestre em inserções de 30 segundos a um minuto.

Para partidos com menos de três deputados, fica assegurada a realização de um programa em cadeia nacional em cada semestre, com duração de cinco minutos. Duas emendas de Pedro Taques (PDT-MT) foram derrubadas pela CCJ, que preservou o texto original.

Para Santiago, candidato à reeleição deve se afastar

Wilson Santiago (PMDB-PB) defendeu ontem a aprovação de sua proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina que presidente, governadores e prefeitos deixem os cargos caso se candidatem à reeleição.

– Não sendo possível a ex-



tinção da reeleição e a criação do mandato de cinco ou seis anos sem reeleição, que se permita o afastamento daqueles que disputam a reeleição seis meses antes do pleito – pediu o senador.

Para defender a PEC 73/11, ele disse que há muitos proces-

so judiciais em que governantes são acusados de tirar proveito de seus cargos e favorecer suas candidaturas. Além disso, a aprovação deixaria as eleições mais equilibradas:

– Um candidato sem condições financeiras disputaria em pé de igualdade com o candidato afortunado ou privilegiado com a administração pública.



Vice-almirante Bernardo Gambôa (E), senador Paulo Bauer e o brigadeiro do ar Rogério Veríssimo, na CE

Genildo Magalhães/Senado Federal

Rondon e Forças no Esporte: ampliação

O renovado Projeto Rondon e o programa Forças no Esporte poderão ser ampliados por meio de emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ao projeto de Orçamento da União para 2012. A proposta foi apresentada ontem pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) em debate na comissão e recebeu apoio do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), que presidia a reunião, e do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Na audiência, realizada a pedido de Alvaro Dias para discutir a situação

atual dos dois programas, os senadores ressaltaram a inclusão social patrocinada por ambas as iniciativas. O senador lembrou ainda a necessidade de tornar mais conhecido o Projeto Rondon, criado em 1967 com o objetivo de levar estudantes universitários aos estados mais pobres do país, extinto em 1989 e relançado em 2005.

– Há quanto tempo não falávamos do Projeto Rondon! O ressurgimento desse programa ainda não chegou ao conhecimento da maioria dos parlamentares – disse Alvaro Dias.

Malta prega uso do esporte para combater drogas

O senador Magno Malta (PR-ES) parabenizou o lutador Marcelo Guimarães pelo título mundial dos pesos-médios (84kg) do Jungle Fight, modalidade de artes marciais mistas, conquistado no último sábado em Itu (SP). O parlamentar informou que, na adolescência, o atleta foi resgatado do vício em drogas por meio do trabalho de sua instituição de reabilitação.

– O esporte pode ser o preventivo e o curativo das drogas neste país se nós tivermos essa visão. Porque o atleta que se sagrou campeão do mundo com esse cinturão é um atleta da minha instituição, que eu pude tirar das drogas, do crack.



Malta registra título conquistado por lutador que já foi usuário de crack

Pedro Franço/Senado Federal

Geovani critica atendimento a menores infratores

Geovani Borges (PMDB-AP) comentou em Plenário notícias sobre crianças que, apreendidas por assaltarem um hotel em São Paulo, vandalizaram as salas do conselho tutelar e da delegacia onde permaneceram e sobre um menor enforcado no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje) do Distrito Federal. Ele afirmou que as cenas tornam evidente que o poder público está errando em suas tentativas de recuperar os jovens infratores.

– Essa é uma demonstração grave do rumo que a situação está tomando, estamos nos equivocando no tratamento dado ou não dado ao menor infrator – disse.



Para Geovani, cenas atestam fracasso do atendimento a menores infratores

Waldemir Barreto/Senado Federal

Ivan Lins e Sandra de Sá defendem proteção do Ecad

Em depoimento à CPI, cantores afirmam que falta mobilização para exigir mudanças em órgão que cuida de direitos autorais na música, acusado de irregularidades

O CANTOR E compositor Ivan Lins admitiu que existem problemas éticos no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), mas disse que a entidade precisa ser preservada.

O órgão, responsável por arrecadar e distribuir os direitos autorais de músicas executadas publicamente, vem sendo questionado depois de denúncias de irregularidades no pagamento de direitos.

Em depoimento ontem à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga as denúncias, Ivan Lins disse que o nome do Ecad tem elevado “valor simbólico”, por ter nas-

cido, na ditadura militar, de um movimento articulado da própria classe artística.

– Quando a ética e a transparência estão feridas, as coisas ficam meio turvas. O que aconteceu no Ecad é que, com o tempo, a ética e a transparência ficaram feridas – considerou ele.

Para aperfeiçoar o sistema de arrecadação de direitos autorais, o cantor sugeriu a criação de uma entidade nos moldes do antigo Conselho Nacional do Direito Autoral (CNDA), que ficaria encarregada de normatizar, fiscalizar e regular o sistema de cobrança e distribuição dos direitos

de criação. Criado na mesma época do Ecad, nos anos 1970, o CNDA foi extinto no governo do ex-presidente Fernando Collor, hoje senador pelo PTB de Alagoas.

Na avaliação da cantora e compositora Sandra de Sá, que também participou da CPI, há uma “gritaria” em torno do Ecad e das sociedades de direitos autorais – que integram o conselho do órgão arrecadador –, mas poucos artistas se envolvem de fato nas discussões e na busca de soluções.

– É muito fácil falar da caixa-preta do Ecad. O que precisamos é ir lá dentro exigir e mudar.



Ivan Lins fala na CPI, observado pelos senadores Pedro Taques e Randolfe Rodrigues e pela cantora Sandra de Sá

Pedro Franço/Senado Federal

Para advogado, Ecad não pode distribuir lucros

O advogado Daniel Campelo, especialista em direito autoral, ratificou denúncias que envolvem o Ecad em atos que supostamente resultam em prejuízos para os artistas titulares de direitos autorais. Pagamentos em prêmios por participação em resultados provocaram perdas de R\$ 289 mil em 2009 e de R\$ 43 mil em 2010.

– Embora diga que é uma

empresa que administra bens privados, a entidade é uma associação e, desse modo, lhe é vedado distribuir lucros – afirmou.

O gerente executivo de arrecadação, Márcio de Oliveira, afirmou que os critérios de distribuição são definidos em regulamento aprovado pelas associações de autores que integram o Ecad. O fundamento

seria o ranking das músicas mais executadas nas emissoras de rádio: quanto mais a música é tocada, maior será o pagamento devido ao artista.

Márcio Oliveira esclareceu que, no ano passado, informou que a arrecadação global correspondeu a R\$ 433 milhões. As televisões abertas, maiores contribuintes, responderam por 20% desse total.

Suspensão de programas religiosos será discutida

A decisão do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) de suspender a veiculação de programas religiosos nos veículos públicos da empresa será discutida em audiência pública. A proposta, aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), foi de Marcelo Crivella (PRB-RJ). Serão convidados a presidente da EBC, Tereza Cruvinel, e a presidente do Conselho Curador, Ima Célia Guimarães Vieira.

Paulo Bernardo debate banda larga na CCT

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, participa, na próxima quarta-feira, às 9h, de debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para analisar a implementação do Plano Nacional de Banda Larga. O requerimento do presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), sugere que o ministro fale, entre outros pontos, sobre metas e indicadores do plano.

Suplicy sugere plebiscito geral para criar estados

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que apresentará um projeto de lei (PLS) e um de decreto legislativo (PDS) para modificar a definição de “população diretamente interessada” na criação de novos estados. Ele pretende permitir que os eleitores de todo o país participem dos plebiscitos. Atualmente, só o eleitorado do estado a ser dividido deve ser consultado, como será o caso de Carajás e Tapajós, que podem se separar do Pará.

Segundo o senador, os cidadãos de todos os estados devem ser ouvidos porque acabam sendo afetados pelas despesas decorrentes da criação de uma nova unidade da Federação.

Suplicy também defendeu a permanência da sede do Parque Nacional da Serra da Bocaina no município de São José do Barreiro (SP). Além dos motivos econômicos que beneficiam a cidade, a permanência da sede na cidade é estratégica pela sua proximidade com a sede do Parque Nacional do Itatiaia, o que permite o estabelecimento de apoio e parceria entre os dois.

Rio será sede de jornada católica, celebra Dornelles

Francisco Dornelles (PP-RJ) comemorou a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar a Jornada Mundial da Juventude da Igreja Católica, em 2013. O anúncio foi feito durante a jornada atual, em Madri, Espanha.

De acordo com o senador, a expectativa é de que mais de 4 milhões de jovens compareçam à Jornada Mundial, o que seria um recorde para o evento, superando o público de Manila, nas Filipinas, em 1995.

Em discurso na terça-feira, Dornelles lembrou que o Rio de Janeiro “terá um calendário muito expressivo nos próximos anos”, referindo-se à Copa do Mundo e aos Jogos Olímpicos de Verão.



Dornelles lembra que Rio também sediará Olimpíadas e jogos da Copa

Luiz Alves/Senado Federal